

EDITAL

ABERTURA DAS CANDIDATURAS À MATRÍCULA E INSCRIÇÃO, NO ANO LETIVO 2026/2027, NO DOUTORAMENTO EM TURISMO

O Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa, em colaboração com a [Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril](#), disponibiliza um curso de Doutoramento em Turismo, visando proporcionar elevadas capacitações científicas e técnicas e competências de investigação para responder aos desafios e exigências que o turismo enfrenta, nas suas relações com a competitividade e inovação dos produtos e a sustentabilidade dos destinos.

1. Número de Vagas: 20 vagas^{1 2}

2. Requisitos de admissão

2.1. São admitidos/as como candidatos/as à matrícula e inscrição no ciclo de estudos:

- a) Os/As titulares do grau de mestre ou equivalente legal nas áreas de Turismo, Geografia, História, Sociologia, Gestão, Economia ou afins;
- b) Os/As titulares de grau de licenciado, ou equivalente legal, detentores/as de um currículo escolar ou científico especialmente relevante que seja reconhecido como atestando capacidade para a realização deste ciclo de estudos pelo Conselho Científico do IGOT;
- c) A título excecional, os/as detentores/as de um currículo escolar, científico ou profissional que seja reconhecido como atestando capacidade para a realização deste ciclo de estudos pelo Conselho Científico do IGOT.

2.2. O reconhecimento a que se referem as alíneas *b)* e *c)* do n.º 2.1 tem como efeito apenas o acesso ao ciclo de estudos conducente ao grau de doutor e não confere ao seu titular a equivalência ou reconhecimento ao grau de licenciado ou de mestre.

3. Processo de candidatura

3.1. A candidatura é apresentada exclusivamente através da plataforma eletrónica Fenix, disponível em <http://www.igot.ulisboa.pt/candidaturas/>.

3.2. O processo de candidatura deve ser instruído com os seguintes documentos:

¹ Proposta de vagas a aguardar aprovação pelo Reitor da Universidade de Lisboa.

² As vagas são recuperadas, automaticamente, entre fases, caso não sejam preenchidas na totalidade.

- a) Documentos comprovativos da posse de graus académicos ou outros diplomas relevantes, que atestem que o/a candidato/a reúne as habilitações de acesso e ingresso exigidas;
- b) *Curriculum vitae* atualizado, incluindo trabalhos publicados ou devidamente documentados;
- c) Apresentação de uma carta de motivação, expondo as razões da escolha do ciclo de estudos;
- d) Apresentação de uma proposta de investigação, indicando o objeto de estudo, os objetivos da investigação e elementos metodológicos, devidamente enquadrados em bibliografia de referência;
- e) Duas cartas de recomendação (por individualidades do meio académico ou profissional);
- f) Exibição de documento de identificação válido ou, quando autorizado pelo/a candidato/a, fotocópia simples do documento de identificação;
- g) Outros elementos considerados relevantes pelo/a candidato/a para efeitos de apreciação da candidatura.

3.3. Os documentos comprovativos das habilitações dos/as candidatos/as:

- a) Sempre que não forem emitidos em português, inglês, francês ou espanhol, devem ser traduzidos para um destes idiomas;
- b) Quando emitidos por instituições de países extracomunitários, devem ser legalizados por agente consular português ou pela [Apostila de Haia](#), sendo estas legalizações efetuadas no país de origem dos documentos.

4. Critérios de seleção e aceitação

4.1. Os/As candidatos/as ao ciclo de estudos conducentes ao grau de doutor em Turismo são selecionados/as através da apreciação dos elementos de candidatura, sendo considerados os seguintes critérios para ordenação das candidaturas:

- a) Classificação dos graus académicos de que são titulares;
- b) Currículo académico, científico e técnico;
- c) Adequação da formação académica aos requisitos do programa de doutoramento;
- d) Carta de motivação e proposta de investigação;
- e) Entrevista de seleção, se o/a Coordenador/a de Curso entender necessário.

4.2. Para a realização das entrevistas, a realizar presencialmente ou por videoconferência (em casos de impossibilidade devidamente justificadas), os/as candidatos/as serão contactados via *email* até 48 horas antes da data agendada.

5. Prazos

5.1. 1ª Fase³

5.1.1. Candidatura: 5 de janeiro a 7 de fevereiro de 2026.

5.1.2. Resultados: até 20 de fevereiro 2026.

5.1.3. Prazo para reclamações: até 5 dias úteis após divulgação dos resultados.

5.1.4. Matrícula e inscrição: 9 a 13 de março de 2026.

5.1.5. Divulgação de vagas sobranes para a 2ª fase: até 27 de fevereiro de 2026.

5.2. 2ª Fase

5.2.1. Candidatura: 2 de março a 30 de abril de 2026.

5.2.2. Resultados: até 15 de maio de 2026.

5.2.3. Prazo para reclamações: até 5 dias úteis após divulgação dos resultados.

5.2.4. Matrícula e inscrição: 1 a 5 de junho de 2026.

5.2.5. Divulgação de vagas sobranes para a 3ª fase: até 12 de junho de 2026.

5.3. 3ª Fase

5.3.1. Candidatura: 15 de junho a 21 de agosto de 2026.

5.3.2. Resultados: até 8 de setembro de 2026.

5.3.3. Prazo para reclamações: até 3 dias úteis após divulgação dos resultados.

5.3.4. Matrícula e inscrição: 9 a 11 de setembro de 2026.

6. Emolumentos e propinas

6.1. O emolumento a pagar pela candidatura é de 60,00€(sessenta euros) não havendo lugar à sua devolução, caso o/a candidato/a seja excluído/a ou não seja selecionado/a.

6.2. O valor da propina é anual e, para o ano letivo de 2026/2027, será fixado pelo Conselho Geral da Universidade de Lisboa em 2750,00€(dois mil e setecentos e cinquenta euros)⁴.

6.3. O valor da taxa de matrícula e inscrição é de 30,00€(trinta euros) e o seguro escolar é no valor de 2,10€ (dois euros e dez cêntimos)⁴. Estes valores são devidos caso haja efetivação da matrícula, no ano letivo 2026/2027. No ato da matrícula e inscrição, os/as estudantes deverão igualmente saldar a primeira prestação da propina anual.

6.4. Os/As estudantes admitidos/as na 1ª fase de candidaturas que, excecionalmente, iniciem o programa de doutoramento no 2.º semestre do ano letivo 2025/2026 ficam isentos de 50% da propina devida pela frequência do referido ano letivo.

³ Em casos excecionais, devidamente fundamentados, designadamente quando o/a candidato/a seja titular de bolsa de investigação científica e a necessidade de início da mesma não seja compatível com a data de começo do ano letivo 2026/2027, e caso existam ainda vagas sobranes, poderá aquele/a ser admitido/a para a matrícula e inscrição no ano letivo 2025/2026, dando início imediato à frequência do ciclo de estudos no 2.º semestre.

⁴ Este valor é indicativo e está sujeito a confirmação.

6.5. Os prazos e as prestações de pagamento serão indicados no ato da matrícula e inscrição.

7. Colocação e matrícula

7.1. O/a candidato/a colocado/a deverá proceder à matrícula e inscrição no ciclo de estudos, durante o prazo definido para o efeito.

7.2. A não realização dos atos indicados em 7.1. implica a caducidade do direito à matrícula e inscrição no ciclo de estudos para o ano letivo a que respeita a admissão.

8. Língua de lecionação e disposições finais

8.1. As aulas serão lecionadas maioritariamente em português, embora possam existir módulos ou sessões lecionados, exclusivamente, em inglês. Os elementos de avaliação poderão ser submetidos quer em língua portuguesa, quer em língua inglesa ou outra língua que seja acordada com o/a docente.

8.2. Recomenda-se que os/as estudantes possuam conhecimentos de língua inglesa adequados para a realização de investigação de nível doutoral, correspondentes, no mínimo, ao nível B1, de acordo com o [Quadro Europeu Comum de Referência para Línguas](#).

8.3. As aulas decorrerão, maioritariamente, em horário pós-laboral e, preferencialmente entre quinta-feira e sábado.

8.4. Caso o doutoramento não atinja o número mínimo de estudantes exigido para poder funcionar, será devolvido aos/às candidatos/as o emolumento pago no ato da candidatura.

Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa, 2 de janeiro de 2026.

O Presidente

Professor Doutor Mário Vale